



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo B02 , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2006

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Instituições e instituições

O homem não vive sem as instituições – sejam elas políticas, religiosas, jurídicas, financeiras, educacionais, esportivas ou de qualquer outra natureza, importância e amplitude. Do pequeno clube recreativo do interior ao Estado nacional ou à Igreja milenar, temos criado desde nossa origem instituições de todo tipo, por meio das quais nos agrupamos em torno dos mais distintos interesses, que tanto podem ser a devoção por uma escola de samba como a implantação de um sistema nacional de educação. As instituições, entendidas nesse amplo espectro, nascem, crescem, se transformam ou morrem segundo as necessidades nossas. Em princípio, elas são criadas para assegurar os fundamentos da ordem, da organização, da parceria, do conagraçamento, do espírito coletivo. Estamos conscientes de que, sem elas, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.

No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos, ódios e terremotos sociais. Isto nos leva a crer que, embora necessárias, múltiplas e atuantes, as instituições não asseguram o ordenamento social, a propagação da justiça, a harmonização dos interesses. Pode mesmo ocorrer o contrário: há instituições ditas “organizadas” que prosperam na atividade criminosa, disseminando o mandonismo, o ódio e a violência. Isso significa que a criação mesma de instituições pode ser motivada por um instinto destrutivo, discriminativo, hostil aos princípios básicos da civilização. “Crime organizado”, “formação de quadrilha”, “corporativismo” são expressões que lembram os diferentes modos pelos quais se podem instituir forças socialmente negativas e deletérias.

Uma grande dificuldade é a de discernir entre as instituições saudáveis, que de fato correspondem a algum interesse social, e aquelas que só se instalam como aparelho organizacional para mesquinamente auferir vantagens, cercear direitos, garantir privilégios. Outra grande dificuldade está em distinguir, dentro das instituições públicas oficiais, democraticamente criadas, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se valem exatamente da imagem de legitimidade delas para, furtivamente, fazerem valer seus interesses particulares. O efeito desse tipo de ação é dos mais nefastos: quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinqüentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força. Isso leva, como a História tem mostrado, à implantação das piores ditaduras, dos regimes de exceção, do autoritarismo e do sectarismo terrorista – exemplos das instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade.

(Saulo de Magalhães)

1. A repetição de palavra que há no título desse texto – **Instituições e instituições** – justifica-se porque, com esse procedimento, o autor
 - (A) encarece, de modo enfático, a importância que as instituições saudáveis assumem em qualquer tipo de organização social.
 - (B) considera a necessidade de discernir entre as instituições de efetivo valor social e as manipuladas por interesses reprováveis.
 - (C) manifesta sua descrença nas instituições que se multiplicam para melhor contemplar os interesses mesquinhos de grupos minoritários.
 - (D) alude à divisão entre as instituições permanentes, como a da Igreja, e as transitórias, como a de uma corporação pouco expressiva.
 - (E) acentua a necessidade social de preservar as instituições, adaptando-as, para isso, às diferentes contingências históricas.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, o autor reconhece a importância das instituições, analisa as modalidades em que se dividem e critica a finalidade nefasta para a qual algumas são criadas.
 - II. No segundo parágrafo, o autor não admite a possibilidade de que as instituições deletérias se organizem de modo eficaz, em virtude de atenderem a interesses outros que não os sociais.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor estabelece uma relação entre o aviltamento das instituições públicas e as graves conseqüências políticas que decorrem disso.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *forças socialmente negativas e deletérias* = poderes anti-sociais e destrutivos.
 - (B) *não asseguram o ordenamento social* = não asseveraram o enquadramento da sociedade.
 - (C) *disseminando o mandonismo* = refluindo o autoritarismo.
 - (D) *entendidas nesse amplo espectro* = apreendidas nesse quadro difuso.
 - (E) *mesquinamente auferir vantagens* = tolamente conferir privilégios.

<p>4. No terceiro parágrafo, afirma o autor que a imagem de legitimidade das instituições</p> <p>(A) acaba evitando que se propaguem as iniciativas dos indivíduos sem escrúpulos.</p> <p>(B) revela o sentido público que podem ganhar algumas iniciativas privadas.</p> <p>(C) acentua, inequivocamente, o interesse pessoal de quaisquer iniciativas.</p> <p>(D) garante a plena realização das iniciativas de quem deseja o bem comum.</p> <p>(E) pode vir a servir ao encobrimento da prática de ações interesseiras e inconfessáveis.</p>	<p>9. Na frase <i>No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por:</p> <p>(A) Ainda assim, contando com a</p> <p>(B) Porém, ainda que houvesse a</p> <p>(C) Apesar disso, pelo fato de haver a</p> <p>(D) Todavia, apesar da</p> <p>(E) Por conseguinte, a despeito da</p>
<p>5. O tratamento pronominal adequado varia conforme a natureza da instituição e do cargo que alguém nela ocupa. Estarão corretos, por exemplo, a forma de tratamento e a concordância verbal na seguinte frase, dirigida a um senador da República:</p> <p>(A) Pediríamos que Vossa Excelência vos dignesse apreciar a proposta ora encaminhada.</p> <p>(B) Gostaríamos que Vossa Eminência se dignasse apreciar a presente reivindicação.</p> <p>(C) Vimos solicitar a Sua Excelência que vos dignesse apreciar esta recomendação.</p> <p>(D) Solicitamos que Vossa Excelência se digne apreciar esta proposta.</p> <p>(E) Vimos à presença de Sua Eminência para que consideres nossa proposta.</p>	<p>10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O homem não prescinde das instituições, <u>com as quais</u> costuma se valer para a organização da sociedade.</p> <p>(B) Sem as instituições, <u>nas quais</u> é possível atribuir a propriedade do disfarce, não haveria formas de organização social.</p> <p>(C) Nos piores momentos da história, <u>aonde</u> vicejam os regimes de exceção, o homem reconhece sua vocação mais nefasta.</p> <p>(D) A desmoralização das instituições públicas é uma iniciativa <u>de cuja</u> responsabilidade se deve aos delinqüentes de todo tipo.</p> <p>(E) Criando instituições, <u>para cuja</u> estabilidade concorre o esforço de muitos, os homens buscam se reconhecer como cidadãos.</p>
<p>6. <i>Estamos conscientes de que, sem as instituições, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.</i></p> <p>Uma outra forma correta de expressar o que diz a frase acima é: <i>Estamos conscientes de que imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva,</i></p> <p>(A) porquanto não houvessem as instituições.</p> <p>(B) no caso delas não terem havido.</p> <p>(C) não fossem as instituições.</p> <p>(D) deixassem as instituições de nos faltar.</p> <p>(E) não obstante as instituições.</p>	<p>11. O homem sempre criou instituições; <u>implementando as instituições</u>, o homem <u>atribui às instituições</u> o papel que <u>cabe às instituições desempenhar</u> como elemento fundamental para a organização da sociedade, pois, sem contar <u>com a organização da sociedade</u>, imperará a barbárie.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) implementando-as; atribui-lhes; lhes cabe desempenhar; com esta</p> <p>(B) implementando-as; as atribui; lhes cabe desempenhar; com a mesma</p> <p>(C) implementando-lhes; lhes atribui; as cabe desempenhar; com essa</p> <p>(D) as implementando; lhes atribui; à elas cabe desempenhar; com ela</p> <p>(E) implementando-lhes; atribui-lhes; cabe-lhes desempenhar; com aquela</p>
<p>7. Há plena observância das normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Sempre haverá os que lucram com quaisquer iniciativas de que resulte algum ônus para a imagem de confiabilidade de que carecem as instituições públicas.</p> <p>(B) A crescente disseminação de instituições que trabalham contra os interesses populares constituem um verdadeiro flagelo dos tempos modernos.</p> <p>(C) É curioso chamarem-se <i>crime organizado</i> a um tipo de iniciativas que investe, exatamente, contra a ordem social.</p> <p>(D) Não aprovuessem aos homens criar instituições, certamente viveríamos todos sob o signo da violência e da barbárie.</p> <p>(E) Tudo o que tem mostrado as sucessivas civilizações faz concluir que as instituições servem tanto aos bons quanto aos maus propósitos humanos.</p>	<p>12. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. O homem aplica-se em criar instituições, que podem lhe acarretar graves dissabores.</p> <p>II. Os regimes autoritários, que decorrem diretamente do desvirtuamento das instituições, são os mais nefastos.</p> <p>III. Não se impute defeito às instituições, cujo propósito essencial é permitir que os homens se organizem.</p> <p>A supressão da(s) vírgula(s) acarretará alteração de sentido em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) estão sendo criadas.</p> <p>(B) são criadas.</p> <p>(C) foram criadas.</p> <p>(D) têm criado.</p> <p>(E) têm sido criadas.</p>	

<p>13. No terceiro parágrafo, o primeiro período se inicia com a expressão <i>Uma grande dificuldade</i> e o segundo se inicia com a expressão <i>Outra grande dificuldade</i>. Há, entre esses dois períodos, uma relação que exprime</p> <p>(A) uma sucessão de alternativas. (B) um nexos de causalidade. (C) uma justaposição simples. (D) uma contradição insuperável. (E) um critério hierárquico.</p>	<p>17. Atentando-se para a adequada articulação entre os tempos e os modos verbais, completa-se a frase Caso não fossem necessárias as instituições com o seguinte segmento:</p> <p>(A) haverão os homens de tê-las criado? (B) por que os homens as haverão de criar? (C) tê-las-íamos criado? (D) ainda assim as teremos criado? (E) tê-las-emos criado?</p>
<p>14. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Ao longo do tempo, os corruptos nem sempre se desaviram com as instituições; pelo contrário, muitos souberam usá-las em benefício próprio. (B) Em respeito à ética, se os interesses particulares se contrapuserem aos públicos, devem prevalecer estes, e não aqueles. (C) Caso não detêssemos boa parte dos nossos ímpetos destrutivos, nenhuma sociedade conheceria um momento sequer de estabilização. (D) Quando os estados nacionais não intervêm nas instituições corrompidas, a ordem social tende a fragilizar-se cada vez mais. (E) Se tivessem prevalecido as boas causas pelas quais nossos antepassados tiveram de lutar, estaríamos hoje numa sociedade mais justa.</p>	<p>18. Considerando-se a frase <i>quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinquentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força</i>, é correto afirmar que</p> <p>(A) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> não sofreria alteração caso se substituísse <i>de uma instituição pública</i> por <i>das instituições públicas</i>. (B) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> iria para o plural caso lhe seguisse <i>pelas ações</i>, em vez de <i>pela ação</i>. (C) o sentido da expressão <i>quando se desmoraliza</i> é equivalente ao da expressão <i>ainda quando se desmoralize</i>. (D) a voz verbal predominante é a ativa. (E) a ação expressa em <i>propaga-se a crença</i> é condição para a expressa em <i>quando se desmoraliza</i>.</p>
<p>15. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, numa forma do plural, para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) -lhes (parecer) justo que as instituições sejam manipuláveis? (B) Eles, a quem nenhuma instituição jamais (importar) quaisquer restrições, são os que mais reclamam. (C) Caso não se (assegurar) às minorias o direito de se expressarem, as majorias acabarão exercendo um poder totalitário. (D) Se não (vir) a ocorrer, em qualquer sociedade, tantos desmandos institucionais, não haveria a necessidade de tantos organismos de fiscalização. (E) É por (disseminar) ódios e privilégios que muita instituição acaba se desmoralizando a si mesma.</p>	<p>19. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) As alterações <u>porque sofrem</u> as instituições podem ser necessárias. (B) Os caminhos <u>porque percorrem</u> os valores humanos são, por vezes, indezessáveis. (C) Se há rigor e ética nas instituições, algumas não funcionam <u>mesmo porquê?</u> (D) Há que se investigar o <u>porquê de as</u> instituições serem tão manipuláveis. (E) Não se sabe o <u>por que das</u> instituições serem falhas, mesmo quando bem arquitetadas.</p>
<p>16. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) A obsolescência das instituições constitui um dos grandes desafios dos legisladores, cuja função é reconhecer as solicitações de sua contemporaneidade. (B) Ao se denigrarem as boas reputações, desmoralizam-se os bons valores que devem reger uma sociedade. (C) A banalização dos atos anti-sociais é um sintoma da doença do nosso tempo, quando a barbárie dissimula-se em rotina. (D) Quando, numa mesma ação, convergem defeitos e méritos, confundimo-nos, na tentativa de discriminá-los. (E) Os hábitos que medeiam as relações sociais são louváveis, quando eticamente instituídos, e odiosos, quando ensejam privilégios.</p>	<p>20. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Se muitas vezes as instituições públicas abrigam interesses privados, é quando os homens percebem que podem usá-las ao seu bel prazer. (B) Historicamente, a implantação de ditaduras tem ocorrido em conseqüência do desprestígio e do aviltamento das instituições públicas. (C) É o cúmulo que se tratem por organizadas toda instituição cuja finalidade irregular surge como se fosse do interesse público. (D) Basta procurarmos na História alguma época em que imperou a harmonia absoluta para não encontrarmos uma sequer de que pudéssemos exemplificar. (E) Embora variem muito quanto a finalidade, está no princípio de todas as instituições o valor social com cujo os homens as terão concebido.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O princípio que exige objetividade no atendimento do interesse público, vedando a promoção pessoal de agentes ou autoridades; e aquele que impõe a todo agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional denominam-se, respectivamente,

- (A) impessoalidade e eficiência.
- (B) publicidade e impessoalidade.
- (C) impessoalidade e moralidade.
- (D) eficiência e legalidade.
- (E) publicidade e eficiência.

22. No que tange aos requisitos dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a preterição do procedimento administrativo para a demissão do servidor estável torna inválida a punição, já que não observou o requisito da legalidade.
- (B) o agente público que desapropria um imóvel para perseguir seu proprietário pratica um ato com desvio de finalidade.
- (C) a competência decorre sempre de lei, mas pode ser derogada pela vontade da Administração Pública.
- (D) está caracterizado o vício quanto ao motivo quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- (E) a inexistência do objeto se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente.

23. A licença caracteriza-se como o ato administrativo

- (A) bilateral e discricionário, que proporciona ao particular que preencha os requisitos legais a fruição de certo bem público.
- (B) unilateral, discricionário e precário, segundo o qual a Administração faculta ao particular o uso privativo de determinado bem público.
- (C) unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- (D) unilateral, discricionário, precário e gratuito, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público.
- (E) unilateral e vinculado, segundo o qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

24. Diante de um ato administrativo praticado em desconformidade com as prescrições legais,

- (A) o Judiciário tem o dever de revogá-lo e a Administração Pública a faculdade de anulá-lo.
- (B) somente a própria Administração Pública poderá anulá-lo se inconveniente ou inoportuno.
- (C) a Administração Pública deverá revogá-lo quando lhe for conveniente.
- (D) a Administração Pública e o Poder Judiciário poderão revogá-los com efeitos *ex tunc*.
- (E) o Poder Judiciário poderá anulá-lo mediante provocação dos interessados.

25. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável,

- (A) transposto a qualquer outro cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida e a equivalência de vencimentos.
- (B) também reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
- (C) readaptado ao cargo anterior, com direito a indenização, ou posto em disponibilidade, com vencimento proporcional ao tempo de serviço.
- (D) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (E) promovido a outro cargo, ou posto em disponibilidade, desde que indenizado e com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

26. Com relação às penalidades disciplinares previstas na Lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- (A) o ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- (B) a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo ultrapassar 90 dias.
- (C) a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 dias consecutivos configura abandono de cargo.
- (D) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- (E) o servidor de plantão que ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, será suspenso por até 120 dias.

27. Observe as seguintes proposições referentes às características dos contratos administrativos:

- I. O contratado poderá arguir a exceção do contrato não-cumprido quando a Administração atrasar, por mais de 30 dias, o pagamento estipulado no ajuste.
- II. A Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato quando o particular atrasar injustificadamente o início da obra.
- III. As cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos poderão ser alteradas unilateralmente pela Administração.
- IV. Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*.

Estão corretos APENAS

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

<p>28. Havendo interesse público devidamente justificado, a União poderá vender um imóvel de sua propriedade a uma autarquia federal, hipótese em que</p> <p>(A) a licitação ocorrerá sempre sob a modalidade de concorrência.</p> <p>(B) discricionariamente decidirá sobre a dispensa de licitação.</p> <p>(C) o procedimento licitatório será inexigível.</p> <p>(D) a licitação será dispensada.</p> <p>(E) a licitação se realizará sob qualquer das modalidades previstas em lei.</p>	<p>32. Considere as seguintes assertivas sobre os direitos políticos:</p> <p>I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta anos e maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.</p> <p>II. É condição de elegibilidade, dentre outras, para ocupar o cargo de Prefeito Municipal, a idade mínima de vinte e um anos.</p> <p>III. Para concorrer a outro cargo o Governador do Estado deverá renunciar o seu mandato até seis meses antes do pleito eleitoral.</p> <p>IV. Os direitos políticos de um indivíduo poderão ser cassados em caso de incapacidade civil absoluta.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>29. Após inventariar seus bens móveis inservíveis, determinado Governo Estadual objetiva vendê-los a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. Além disso, pretende escolher, entre trabalhos de vários interessados, uma escultura de bronze, mediante remuneração do vencedor. Para tanto, deverá realizar procedimentos licitatórios sob as modalidades, respectivamente, de</p> <p>(A) tomada de preços e convite.</p> <p>(B) pregão e leilão.</p> <p>(C) leilão e concurso.</p> <p>(D) concurso e convite.</p> <p>(E) convite e pregão.</p>	<p>33. A Constituição Federal de 1988 pode ser emendada</p> <p>(A) mediante proposta de dois terços das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, cada qual com aprovação da maioria relativa de seus membros.</p> <p>(B) mediante proposta de pelo menos metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.</p> <p>(C) mediante proposta do Presidente da República em conjunto com todos os Ministros de Estado nomeados.</p> <p>(D) para alterar a disposições pertinentes aos direitos sociais assegurados no artigo 6º, da Carta.</p> <p>(E) na vigência de intervenção federal, cumpridas as formalidades legais.</p>
<p>30. Compete, privativamente, ao Presidente da República</p> <p>(A) proceder à nomeação e à exoneração de Ministros de Estado, com anuência do Congresso Nacional.</p> <p>(B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao Advogado-Geral da União.</p> <p>(C) sancionar, promulgar e fazer publicar as emendas constitucionais e leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.</p> <p>(D) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.</p> <p>(E) permitir, nos casos previstos em lei ordinária, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.</p>	<p>34. A ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal pode ser ajuizada por</p> <p>(A) Deputado Federal.</p> <p>(B) Ministro de Estado.</p> <p>(C) Prefeito Municipal.</p> <p>(D) Advogado-Geral da União.</p> <p>(E) Confederação Sindical.</p>
<p>31. No que concerne à competência legislativa concorrente é correto afirmar:</p> <p>(A) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.</p> <p>(B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, trânsito e transporte.</p> <p>(C) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer competência legislativa plena.</p> <p>(D) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.</p> <p>(E) A superveniência de lei federal sobre normas gerais sempre suspende a eficácia da lei estadual.</p>	<p>35. É cargo privativo de brasileiro nato:</p> <p>(A) Ministro de Estado da Defesa.</p> <p>(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Procurador-Geral da República.</p> <p>(D) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) Governador de Estado, Território e do Distrito Federal.</p>

<p>36. No que concerne aos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que</p> <p>(A) a inviolabilidade de domicílio pode ser mitigada para prestação de socorro, mediante o consentimento do morador.</p> <p>(B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.</p> <p>(C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo intransmissível aos seus herdeiros.</p> <p>(D) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, todavia, depende de licença da respectiva autoridade.</p> <p>(E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular em caso de iminente perigo público, assegurada a indenização ao proprietário em caso de dano.</p>	<p>39. Considere as seguintes assertivas a respeito das Comissões de Conciliação Prévia:</p> <p>I. O termo de conciliação lavrado pelas Comissões de Conciliação Prévia é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.</p> <p>II. As Comissões de Conciliação Prévia poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.</p> <p>III. Os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados através de reclamação trabalhista que obedecerá o procedimento de conhecimento disciplinado para os dissídios individuais.</p> <p>De acordo com a Lei nº 9.958/2000, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>37. Uma medida provisória editada</p> <p>(A) poderá ter sua vigência prorrogada uma vez pelo prazo máximo de 60 dias.</p> <p>(B) passará por uma comissão de Senadores que emitirá parecer sobre ela antes de ser apreciada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) não poderá ser reeditada em nenhuma hipótese se for expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(D) poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, ainda que rejeitada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) terá sua votação iniciada no Senado Federal.</p>	<p>40. Com relação à proteção a Maternidade prevista na Consolidação da Leis do Trabalho dentre as Normas Especiais de Trabalho é correto afirmar:</p> <p>(A) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, salvo em caso de parto antecipado.</p> <p>(B) É permitido, exclusivamente em contratos coletivos de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de gravidez.</p> <p>(C) No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de um ano até quatro anos de idade, o período de licença maternidade será de sessenta dias.</p> <p>(D) Os períodos de repouso, antes e depois do parto, em regra, poderão ser aumentados de cinco semanas cada um, mediante atestado médico.</p> <p>(E) Em caso de aborto não-criminoso a mulher terá um repouso remunerado de três semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar ao trabalho em qualquer função.</p>
<p>38. No que concerne aos Servidores Públicos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.</p> <p>(B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime de previdência dos servidores públicos.</p> <p>(C) Os servidores públicos poderão se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as demais condições.</p> <p>(D) Para aposentadoria voluntária com proventos integrais a Constituição Federal exige, cumulativamente, idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulher, além de 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente.</p> <p>(E) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis, na forma da Constituição Federal de 1988, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do Regime de Previdência dos servidores públicos.</p>	<p>41. Durante o período aquisitivo de férias, determinado empregado possuiu 20 faltas injustificadas. Neste caso, ele</p> <p>(A) terá direito a 12 dias corridos de férias.</p> <p>(B) terá direito a 18 dias corridos de férias.</p> <p>(C) terá direito a 24 dias corridos de férias.</p> <p>(D) terá direito a 30 dias corridos de férias.</p> <p>(E) não terá direito as férias.</p> <p>42. Com relação ao Fundo de Garantia por tempo de serviço, é certo que</p> <p>(A) as contas do FGTS vinculadas em nome dos trabalhadores são penhoráveis, por expressa determinação legal.</p> <p>(B) a pessoa jurídica de direito público da administração indireta, em regra, não será contribuinte do FGTS, mesmo que admita trabalhadores regidos pela CLT.</p> <p>(C) não incidirá sobre o 13º salário pago normalmente ao final de cada ano ou na rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>(D) incidirá sobre as parcelas <i>in natura</i> pagas ao trabalhador com habitualidade, porém haverá necessidade de apurar o valor da utilidade.</p> <p>(E) a mudança do regime celetista para o regime estatutário, em regra, autoriza o levantamento do FGTS.</p>

<p>43. O empregado que for aposentado por invalidez, durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício, terá o seu contrato de trabalho</p> <p>(A) extinto por advento do termo do contrato. (B) interrompido. (C) renovado. (D) extinto com ocorrência de justa causa. (E) suspenso.</p>	<p>47. Nos Processos Trabalhistas, com relação ao mandado e a penhora de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é correto afirmar:</p> <p>(A) Os bens penhoráveis não poderão ser indicados pelo devedor para garantir apenas o principal. (B) O mandado de citação expedido ao executado poderá conter, facultativamente, a decisão exequenda ou o termo de acordo não-cumprido. (C) Se o executado, procurado por 3 três vezes no espaço de 1 semana, não for encontrado, far-se-á citação por edital. (D) Na execução, as custas e juros de mora são devidos a partir do registro da penhora no ofício imobiliário competente. (E) Nas execuções trabalhistas, a ordem preferencial de nomeação de bens à penhora difere da ordem preferencial estabelecida no Código de Processo Civil.</p>
<p>44. Na sucessão de empresas,</p> <p>(A) a mudança da titularidade da empresa implica sucessão de empregadores, havendo substituição do empregador. (B) não existe responsabilidade solidária do sucessor e do sucedido, mas apenas responsabilidade do sucessor que é o empregador. (C) os bens da empresa sucessora, em regra, não poderão ser penhorados em processos que já estavam em trâmite quando da ocorrência da sucessão. (D) será necessário, em qualquer hipótese, a elaboração de novo registro de empregados, que obedecerá os mesmos termos do registro anterior. (E) deve, necessariamente, o sucessor manter a mesma atividade do sucedido, sob pena de não-caracterização da efetiva sucessão.</p>	<p>48. Os Embargos à Execução deverão ser opostos no prazo de</p> <p>(A) 5 dias contados da data juntada aos autos da prova de intimação da penhorada ou do termo de depósito. (B) 5 dias contados da data da intimação da penhora pelo oficial de justiça ou da data em que foi efetuado o depósito para garantir a execução. (C) 10 dias contados da data da intimação da penhora pelo oficial de justiça ou da data em que foi efetuado o depósito para garantir a execução. (D) 10 dias contados da data juntada aos autos da prova de intimação da penhorada ou do termo de depósito. (E) 8 dias contados da data juntada aos autos da prova de intimação da penhorada ou do termo de depósito.</p>
<p>45. Com relação a gratificação de natal é correto afirmar:</p> <p>(A) A gratificação de natal não tem natureza salarial, tratando-se de uma forma de agradecimento por parte do empregador em razão de serviços prestados. (B) Entre os meses de março e setembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior. (C) O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados. (D) Percebendo o empregador remuneração variável, o cálculo da gratificação de Natal deverá ser feito pelo salário recebido pelo empregado no mês anterior. (E) As horas extras laboradas não integram a gratificação de natal, inclusive, quando pagas com habitualidade.</p>	<p>49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, das decisões do Juiz nas execuções e dos despachos que denegarem a interposição de recursos, caberá agravo de</p> <p>(A) instrumento e agravo de petição, respectivamente. (B) instrumento. (C) petição. (D) petição e agravo de instrumento, respectivamente. (E) petição e recurso de revista, respectivamente.</p>
<p>46. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considere as seguintes assertivas a respeito da forma de reclamação e de notificação nos dissídios individuais:</p> <p>I. Recebida e protocolada a reclamação, em regra, o escrivão ou secretário, dentro de 15 dias, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, que será notificado posteriormente, para comparecer à audiência do julgamento.</p> <p>II. A notificação será feita em registro postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital.</p> <p>III. Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>	<p>50. Isis foi contratada na sede da Empresa empregadora em Campo Grande, para prestar serviços em São Paulo. Posteriormente, foi transferida definitivamente para Goiânia, quando foi dispensada. Considerando que Isis possui residência em Belo Horizonte será competente para conhecer de reclamação trabalhista a(s) Vara(s) do Trabalho da cidade de</p> <p>(A) São Paulo. (B) Campo Grande. (C) Goiânia. (D) Belo Horizonte. (E) Campo Grande ou Belo Horizonte.</p>

<p>51. No Processo do Trabalho, a nulidade</p> <p>(A) quando pronunciada, não obriga o juiz ou Tribunal que a pronunciou a declarar os atos a que ela se estende, tratando-se de mera faculdade.</p> <p>(B) fundada em incompetência da Justiça do Trabalho, não será declarada senão mediante provocação das partes.</p> <p>(C) será pronunciada, mesmo que seja possível supri-se a falta ou repetir-se o ato, em decorrência da formalidade inerente ao processo do trabalho.</p> <p>(D) será pronunciada, mesmo quando argüida por quem lhe tiver dado causa, por expressa determinação legal.</p> <p>(E) do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.</p>	<p>56. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando o</p> <p>(A) autor renunciar ao direito sobre o que se funda a ação.</p> <p>(B) réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(C) juiz pronunciar a decadência.</p> <p>(D) juiz acolher alegação de preempção, litispendência ou coisa julgada.</p> <p>(E) juiz pronunciar a prescrição.</p>
<p>52. Na execução de mandado de penhora, foi constatada a existência dos seguintes bens:</p> <p>I. Imóvel residencial próprio do casal.</p> <p>II. Um automóvel.</p> <p>III. Obras de arte e adornos suntuosos.</p> <p>IV. Móveis quitados que guarnecem o imóvel residencial próprio do casal.</p> <p>A penhora poderá recair APENAS nos bens indicados em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>	<p>57. Caio é Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados. No exercício de suas funções, de posse de mandado judicial, exigiu do executado Cadmo a quantia de R\$ 1.000,00 para retardar a penhora de seu veículo. Nesse caso, Caio cometeu crime de</p> <p>(A) excesso de exação.</p> <p>(B) corrupção passiva.</p> <p>(C) peculato.</p> <p>(D) concussão.</p> <p>(E) prevaricação.</p>
<p>53. A citação</p> <p>(A) é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixa de fazer alguma coisa.</p> <p>(B) de pessoa jurídica de direito público pode ser feita pelo correio.</p> <p>(C) do réu demente, que não tiver curador nomeado, será feita, na presença de duas testemunhas.</p> <p>(D) de quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso só poderá ser feita por Oficial de Justiça.</p> <p>(E) ordenada por juiz incompetente constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.</p>	<p>58. Cronos é Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados. No exercício de suas funções, no cumprimento de mandado judicial, atendendo a pedido de influente político da região, retardou a prática de ato de ofício, deixando de remover bens penhorados de Zeus, cabo eleitoral deste. Nessa hipótese, Cronos</p> <p>(A) cometeu crime de prevaricação.</p> <p>(B) não cometeu crime contra a Administração Pública.</p> <p>(C) cometeu crime de corrupção passiva.</p> <p>(D) cometeu crime de advocacia administrativa.</p> <p>(E) concussão.</p>
<p>54. De acordo com o Código de Processo Civil, quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, será feita a citação</p> <p>(A) com hora certa.</p> <p>(B) por edital.</p> <p>(C) pelo correio.</p> <p>(D) por telegrama ou radiograma.</p> <p>(E) por carta de ordem.</p>	<p>59. Tício é Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados. No exercício de suas funções, no cumprimento de mandado judicial, efetuou a remoção de dois televisores penhorados em uma execução. No caminho para o local onde os aparelhos ficariam depositados, trocou um dos televisores por outro de menor valor e se apropriou daquele que havia sido penhorado. Nesse caso, Tício cometeu crime de</p> <p>(A) corrupção passiva.</p> <p>(B) prevaricação.</p> <p>(C) excesso de exação.</p> <p>(D) concussão.</p> <p>(E) peculato.</p>
<p>55. Hércules ajuizou ação ordinária contra Caio, Zeus e Tício. Caio foi citado, mas Zeus e Tício não foram localizados por encontrarem-se em local ignorado. O autor desistiu da ação em relação a Zeus e Tício. Nesse caso, o prazo para resposta de Caio correrá</p> <p>(A) da data da certidão do oficial de justiça encarregado da citação.</p> <p>(B) da data da citação de Caio.</p> <p>(C) da juntada aos autos do mandado de citação de Caio.</p> <p>(D) do pedido de desistência formulado por Tício.</p> <p>(E) da intimação do despacho que deferiu a desistência.</p>	<p>60. Cadmo foi surpreendido por policiais quando arrombava o cofre de uma loja para subtrair dinheiro. Na delegacia, o Delegado de Polícia, por ser amigo de seu pai e penalizado com a situação de pobreza de Cadmo, deixou de determinar a lavratura de auto de prisão em flagrante e colocou-o em liberdade. Nesse caso, o Delegado de Polícia</p> <p>(A) cometeu crime de prevaricação.</p> <p>(B) não cometeu crime contra a Administração Pública.</p> <p>(C) cometeu crime de condescendência criminosa.</p> <p>(D) cometeu crime de corrupção passiva.</p> <p>(E) cometeu crime de abandono de função.</p>